

Mudanças Climáticas e a Floresta Amazônica

Philip M. Fearnside

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA

RESUMO

O uso da terra e a mudança do uso da terra na Amazônia contribuem para mudanças climáticas globais em diversas maneiras. Mudanças climáticas afetadas pelo desmatamento incluem a diminuição de chuvas devido à diminuição da reciclagem de água, sobretudo na época seca. A água reciclada pela floresta amazônica também faz uma contribuição substancial às chuvas no centro-sul do País nos meses de dezembro e janeiro, que é a época crítica para recarga das represas hidrelétricas naquela região. Desmatamento também faz uma contribuição ao aquecimento global. Em 2002, considerando a estimativa oficial preliminar da taxa de desmatamento de 25,5 mil km²/ano e valores medianos para gases-traço, as emissões líquidas comprometidas (i.e., já descontada o recrescimento e capoeiras) totalizaram 450 milhões de toneladas de carbono—uma quantidade astronômica. Gases são liberados pelo desmatamento através da queima e decomposição da biomassa, pelos solos, pela exploração madeireira, pelas hidrelétricas, pelo gado e pelas queimadas recorrentes de pastagens e de capoeiras.

As queimadas também afetam a formação de nuvens, e afetam a química da atmosfera em diversas maneiras além do efeito estufa. A contribuição da perda de floresta a estas mudanças climáticas, junto com outras mudanças globais tais como a perda de biodiversidade, fundamenta a adoção de uma estratégia nova para sustentar a população da região. Ao invés de destruir a floresta para poder produzir algum tipo de mercadoria, como é o padrão atual, usaria a manutenção da floresta como gerador de fluxos monetários, baseado nos serviços ambientais da floresta, ou seja, o valor de evitar os impactos que se seguem da destruição da floresta. O valor do papel de desmatamento evitado no combate ao efeito estufa mais perto que outros serviços ambientais a se tornar uma alternativa ao desmatamento na economia da região. No entanto há controvérsias sobre a inclusão disto no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), do Protocolo de Kyoto.

Salvar florestas tropicais como uma medida de mitigação do efeito estufa está se tornando o assunto que mais divide o movimento ambientalista. As divisões entre organizações não governamentais (ONGs) são tais grandes quanto as diferenças mais conhecidas entre as posições dos governos dos países. Enquanto o debate é freqüentemente colocado em termos científicos e com apelos para altos princípios universais, as posições dos diferentes partidários são melhores compreendidas em termos de pautas escondidas. No caso de governos europeus que se opuserem à inclusão de florestas no MDL no primeiro período de compromisso, a exclusão das florestas conduziria a um aumento dos preços da gasolina nos EUA e, portanto, a uma melhoria de competitividade industrial com os Estados Unidos. Esta possibilidade ocorreu devido ao fato que as cotas de emissão para cada país industrializada durante o primeiro período de compromisso (2008-2012) foram fixas na conferência de Kyoto, em dezembro de 1997, ou seja, antes de chegar a um acordo sobre as regras do jogo, principalmente sobre a inclusão ou não das florestas tropicais no MDL. No caso do Ministério

de Relações Exteriores do Brasil, a oposição contra a inclusão do desmatamento evitado se deve a temores de ameaças à soberania sobre a Amazônia, junto com a visão do processo de desmatamento como inerentemente fora do controle do governo. Outros setores da sociedade brasileira, inclusive os governos estaduais na Amazônia, não compartilham a interpretação do Ministério de Relações Exteriores. A melhor notícia com relação à oposição de diplomatas brasileiras, é a experiência de controle de desmatamento em Mato Grosso de 1999 a 2001, indicando a capacidade do governo controlar o processo quando quer (embora ainda há discrepância de dados com o INPE referente a 2001).

Para ONGs sediadas na Europa, a oposição contra florestas segue uma lógica paralela à dos governos europeus, sendo mais bem explicada como um golpe contra os EUA, que são vistos como merecendo punição por seus diversos pecados no mundo, inclusive a emissão de enormes quantidades de gases de efeito estufa e um papel de obstrução nas negociações internacionais sobre a mudança climática. Do ponto de vista de ONGs brasileiras interessadas em manter a floresta amazônica, estas pautas alternativas são assuntos laterais que, mesmo quando possuem mérito, não merecem o desperdício de uma grande oportunidade por obter fluxos monetários substanciais para manutenção da floresta. Os argumentos técnicos apresentados por críticos do desmatamento evitado contêm grandes distorções das conseqüências climáticas de projetos nesta área. Propostas existem para lidar efetivamente com assuntos como a permanência do carbono, que tornaria uma realidade os benefícios climáticos do desmatamento evitado, permitindo um ganho tanto para o clima como também para a biodiversidade e outros valores, através de atividades de mitigação de carbono. Em julho de 2001 o acordo de Bonn excluiu o desmatamento evitado do MDL para o primeiro período de compromisso, mas as chances deste tipo de mitigação entrar no MDL são muito melhores para o segundo período (2013-2017), porque as cotas de emissão dos países ainda não foram negociadas, e caso que as florestas não estejam incluídos os países simplesmente vão concordar em diminuir menos as suas emissões. As decisões sobre o segundo período serão negociados em 2005. Também será negociado nesse ano o nível de “estabilização” da concentração de CO₂ no atmosfera. Resultados catastróficos sobre a sobrevivência da floresta amazônica frente mudanças climáticas previstas sem mitigação, de acordo com simulações do Centro Hadley, do Reino Unido, indicam que o nível de estabilização deve ser abaixo de 550 ppmv de CO₂ para evitar mortalidade maciça de árvores no século XXI. O futuro da floresta amazônica depende das decisões humanas.

PALAVRAS CHAVE: aquecimento global, carbono, desmatamento, efeito estufa, mudança de clima, serviços ambientais